

# Mercado de massa deve ser a prioridade

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO

Não é original dizer que as perspectivas do Brasil no campo social, no restante do mandato do atual governo, dependem do atendimento de duas pré-condições: a liquidação da inflação e a capacidade de realizar o crescimento sustentado.

A razão de começar por ai é que o País, nos anos 80, principalmente na Nova República, não se revelou capaz de lidar com nenhum desses dois problemas. E ainda está em dúvida se o fará na nova década.

No tocante à inflação, o governo Collor já demonstrou ter o controle das suas principais causas autônomas: déficit público e expansão monetária. E conseguiu desmontar a "ciranda financeira" do mercado de overnight.

A batalha se deslocou agora para o campo da reindexação de preços e salários. A sociedade brasileira se havia acomodado a um mundo de alta inflação, meio infeliz mas conformada, porque existia uma outra ciranda: a de reajustes de preços e salários.

A questão agora é saber se essa mesma sociedade vai revelar a sabedoria de, nos próximos meses, negociar moderação nos reajustes de salários por garantia de emprego. É esse o único caminho para evitar um alto custo social de conter a inflação.

Se contivermos a inflação, começa o segundo round, de realizar o crescimento sustentado. Novamente, a experiência da Nova República, nesse ponto, foi lamentável: o ciclo de crescimento iniciado em 84 morreu em 87, porque a inflação explodiu e as demandas sociais e o clientelismo não foram administrados.

## DILEMA

Passa, então, a colocar-se o problema: será o País capaz de fazer funcionar uma democracia de massas, administrando as demandas sociais de forma a garantir o crescimento sustentado? Vai ser esse o grande dilema nacional, no início dos anos 90.

Duas coisas estão claras. Primeiro, o crescimento dura-



douro talvez esteja dependendo mais de fatores políticos do que de fatores econômicos. E dependendo, principalmente, de um escalonamento negociado para atender às demandas sociais acumuladas.

Segundo, o crescimento sustentado é, por sua vez, pré-condição básica para a redistribuição e as reformas. Se fracassarmos em preservar a capacidade do País de aumentar o PIB a pelo menos uns 5% ao ano, a guerra está perdida e só vai haver o dia-a-dia, o conjuntural mediocre de tirar bolas de dentro do gol.

Imaginemos, porém, que o Cacá Diegues está certo: dias melhores virão. Ou seja, que o Brasil revele condições mínimas para desvencilhar-se das armadilhas que geravam a inflação louca e impediam o crescimento sustentado. Poder-se-ia, nesse caso, passar a implementar uma estratégia social decente. E aí novas prioridades passam a ser importantes na agenda nacional.

Antes de tudo, a estratégia social deve voltar-se para a formação progressiva do mercado de consumo de massa. Como o Brasil já tem uma economia industrial ampla, integrada e diversificada, o próprio crescimento tenderá a gerar taxas elevadas de aumento do emprego, acima de 3% ao ano. Com isso, pela crescente escassez relativa de mão-de-obra e por pressão da democracia de massas, os salários vão poder crescer, em poder de compra, sem trazer de volta a inflação.

Ao mesmo tempo, será necessário investir pesadamente no esforço de reverter os fatores que levam à concentração de renda. Isso se faz pela universalização do ensino básico, por um programa de alimentação básica e pela implantação de uma estrutura eficiente de saúde pública. As três coisas significam investir em capital humano.

Em terceiro lugar, o governo tem de rever a sua ação social, que hoje absorve cerca de 20% do PIB, com alvos errados (classes de média e alta renda, em lugar de classes pobres) e descontrole geral. Sem um mínimo de eficiência no ensino público, na saúde pública, na Previdência Social, o contribuinte está sendo ludibriado e os pobres escarnecidos.

□ *João Paulo dos Reis Velloso é economista e ex-ministro do Planejamento.*